

Ministério de Educação e Saúde
FACULDADE DE DIREITO DO CEARÁ

21 SET. 1949

BIBLIOTECA

RUI BARBOSA

OTÁVIO LOBO

Catedrático de Medicina Legal

“Rui é um mundo”, disse Batista Pereira.

Não o definiu. Traçou-lhe, apenas, a órbita, no cenário da vida nacional. Que me conste, não houve ainda crítico que lhe estudasse, tomando-as na complexidade das suas múltiplas fâcias, a obra e a personalidade. E’ muito cedo.

Um século é distância pequena à retina de quem quiser lhe examinar o conjunto, em visão global.

Político, jurisconsulto, filólogo, humanista, escritor, jornalista, orador, artista enfim — Proteu redivivo que, encarado sob qualquer aspecto é sempre *primus inter pares*. O olhar do observador, que se alonga até os confins do horizonte, vê com nitidez, desenhado no azul, o suave recorte de montanhas e cordilheiras. Mas Rui é um mundo...

E cem anos lhe não medem a paralaxe.

A impressão mais forte que nos salteia diante dêsse Patriarca da República, egresso do Império, a pregar o Direito e a Democracia, a verberar, impávido, a ilegalidade, a injustiça e o despotismo, com pugnacidade de cruzado e fé de bretão, é a de seu apostolado cívico. Uma espécie de Inácio de Loiola da Liberdade... *Uma vida tôda que se desdobra nos comícios e nos tribunais, na imprensa militante ou na tribuna parlamentar, em oposição ou revoluções, em combates a regimens estabelecidos e organizações de novos regimens.*

Pedro Lessa, jurista e filósofo, apreendeu-lhe, com justeza,

essa vocação cívica: “O mestre extraordinário do Direito que, sem nunca ter tido uma cátedra em qualquer de nossas Escolas Superiores, é o brasileiro que mais tem doutrinado os alunos, e os próprios Mestres dos nossos Cursos Jurídicos, os nossos políticos, os nossos juizes, os nossos advogados, os cidadãos de tôdas as classes, a Nação inteira, ensinando, pela tribuna, pelos livros, pelos jornais, o Direito em todos os seus ramos, principalmente os princípios, as regras e os corolários das nossas instituições políticas, que a êle devem a sua aplicação mais benéfica, e que sem êle teriam sido, muitas vêzes, instrumento de opressão e de vingança, em vez de fator de progresso, de liberdade e de justiça.” Com acento de apóstolo, êle mesmo confessou em seu jubileu cívico: “Ensinei com a doutrina e com o exemplo, mas mais ainda com o exemplo do que com a doutrina, o culto da liberdade, as normas e o uso da resistência constitucional, o desprezo e o horror da opressão, o valor e a eficiência da justiça, o amor e o exercício da Liberdade”.

Êstes traços lhe identificam o vulto moral.

Nêle falou bem alto a voz do sangue.

“A vida de Rui Barbosa começou na de seu pai, como água que corre da água que já correu”. Afirmam os seus contemporâneos que Rui era o retrato vivo do pai. “Fisicamente, a mesma estatura, a mesma palidez, a mesma fragilidade aparente, encobrando, de fato, um organismo resistente. Intelectualmente, invertidos os termos, era exata a observação de Rui: “A cabeça que João Barbosa trazia era uma apagada sombra da sua. Todavia, uma sombra. Porque uma grande inteligência, um grande orador, um grande escritor. Moralmente, porém, pai e filho tinham o mesmo diâmetro. A mesma paixão. A mesma flama. A mesma agressividade. Em ambos, o mesmo ímpeto, o mesmo assomo, o mesmo orgulho. O mesmo espírito de luta, intransigência e sacrifício. Por amor de uma idéia, Rui iria, como seu pai, até as portas da miséria. O mesmo horror à mentira, à hipocrisia, à dissimulação.” Temperamento rígido e severo, o

de seu pai plasmou a combatividade varonil e a intransigência de princípios no do filho.

A ascendência paterna legou-lhe o patrimônio hereditário que, por meio de sua *gens*, se lhe exteriorizou morfo-físio-psíquicamente na personalidade. Mas o mendelismo não pode, por si só, explicar a transmissão da diretriz da conduta moral, mediante fatores genéticos específicos. Que o elucide o ambiente. A educação. E João Barbosa desenhou, sabe-se, dentro do meio familiar, a compasso e régua, os traços morais da personalidade do filho. A auto-observação de Rui dá testemunho dessa verdade: “Espírito supremo daquele que me ensinou a querer ao direito e a amar a liberdade, daquele cuja presença íntima respira em mim nas horas do dever e do perigo; emanção da honra, da veracidade e da justiça, espírito severo de meu pai...”

Nabuco disse certa vez (e, parece, com algo de malícia) *que era tão próprio chamar a Rui de artista, como a Krupp — o fundidor de monstros de aço*, comenta Batista Pereira. E tinha razão. Quis vê-lo só por uma das faces de seu prisma intelectual. Pelo gigantesco de sua obra, pela combatividade de seu temperamento, pelas descargas e fagulhas de sua eloquência, a siderar as mazelas e os erros do regime. Quis observá-lo só em suas construções ciclópicas. E medir-lhe a altura pela projeção da sombra que seu vulto estende na História. A quem está, realmente, ante a pirâmide de Cheops, a impressão que lhe assalta não é a da arte que embevece, mas a da magnitude que surpreende.

O que caracteriza uma ação, o que define uma obra é o seu objetivo. E a vida de Rui é tóda tumulto, luta em prol do Ideal. E a sua obra — uma cidadela, uma praça de guerra contra os inimigos do Direito, os agressores da Justiça, os vândalos da Liberdade. Paladino do ideal democrático, fecha o último capítulo do Império e enche, *mais com o exemplo do que com a doutrina*, a história da República.

A arte foi-lhe um meio, somente, e não um fim. Artista, escreveu obras-primas de pura arte, talhando no *mármore do papel* formas perfeitas, à maneira ática do tempo de Péricles. Impregou, assim, tôda a sua obra do influxo da arte, condição que lhe era natural, como natural é a essência de que se impregna o sândalo.

Há personalidades que se não adjetivam. O nome só equivale a uma definição. Castro Alves, Machado de Assis, Alencar, Osvaldo Cruz, Rui . . .

Castro Alves — o poeta a serviço da abolição. Machado de Assis — o puro artista, vivendo a vida inteira dentro, na sua redoma de cristal. Alencar — o romancista-poeta do indianismo. Osvaldo — a salvação do Rio, a extinção da peste amarela. Rui — o Apóstolo do Direito, da Liberdade, da Democracia.

Artista exímio o foi, orador, escritor, estilista, jurisconsulto, financista, e tudo isto com esmêro de quem informa moldes perfeitos no efêmero das coisas . . .

Mas Rui só artista, só escritor, só filólogo, não é Rui.

Nem o é só orador, só jurista, só jornalista.

Rui, em sua expressão substancial, é o da redação da Constituição, é o do Combate a Floriano, é o das impetrações de *Habeas-Corpus* ao Supremo Tribunal, é o da campanha civilista, é o da Presidência Hermes, o de Haia, o de Buenos-Aires, o da campanha da Bahia. O da *ira odienta* e do *ódio iroso*, quando *verbera o escândalo, a brutalidade, ou o orgulho*. O da *coléra da mansuetude*, o da *cóléra da Justiça*, quando defende *as grandes causas humanas, as grandes causas nacionais, as grandes causas populares, as grandes causas sociais, as grandes causas da consciência religiosa*. É o que se auto-define, respondendo ao discurso de Constâncio Alves, pronunciado na Biblioteca Nacional.

“ . . . Tudo o mais é política, é administração, é direito, são questões morais, questões sociais, projetos, reformas, organizações legislativas. Tudo o mais demonstra que êsses cin-

quenta anos me não correram na contemplação do belo, nos laboratórios da arte, no culto das letras pelas letras. O que ela tem sido... é uma vida inteira de ação, peleja ou apostolado.”

Conta-se que Cuvier, o afamado naturalista, em presença de qualquer vértebra, recompunha o esqueleto do animal a que pertencera, identificando-lhe a espécie. Se fôsse permitido varrer da obra de Rui (o que até imaginado é impossível) a arte, o estilo, as imagens do engenho, as fagulhas do gênio, dispí-la de todo o indumento real até a penúria da estamemha de monge, — ao psicólogo, mesmo sem a perícia de Cuvier, seria fácil identificá-lo, só por lhe restar o idealismo do Apóstolo. Nunca se desconhece quem erige no peito, em chama, o culto do Direito, da Liberdade, da Justiça.

Onde impere a ilegalidade, onde reine a opressão, onde a iniquidade se alce contra o espírito de Justiça, é aí que sua *palavra se eletriza, brame, lampeja, atroa, fulmina*, dando testemunho de sua identidade.

E da cólera incorruptível do seu ideal *rebenta em labaredas a indignação, golfa a cólera em borbotões das fráguas da consciência e a palavra sai rechinando, esbraseada, chispando, como o metal candente dos seios da fornalha...*

Quem teime em negá-lo, no tumulto de seu apostolado, cheio dessa *ira divina* contra os males da República e os erros da Democracia, por certo, o reconhecerá, na mansuetude cristã desta oração de perdão aos inimigos: “Nesta alma, tantas vêzes ferida e traspassada tantas vêzes, nem de agressões, nem de infamações, nem de traições, nem de expatriações perdura o menor rasto, a menor idéia de revindita. Deus me é testemunha de que tudo tenho perdoado. E, quando lhe digo na oração dominical “Perdoa-nos, Senhor, as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores”, julgo não lhe estou mentindo; e a consciência me atesta que, até onde alcance a imperfeição humana, tenho conseguido e consigo todos os dias obedecer ao sublime mandamento. Assim me perdoem, também, os a quem

tenha agravado, os com quem houver sido injusto, violento, intolerante, maligno ou descaridoso.”

Foi, realmente, o apóstolo do Direito, da Liberdade, da Democracia. O evangelizador da República.

E êste título único o especifica.